



Anais da Assembléia

Nº 008

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1.981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1.981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB, objetiva por meio desta correspondência, oficialmente indicar os nomes dos Deputados LINEU TURRA e DENI SCHWARTZ, para titular e suplente, respectivamente, para compor a Comissão que apreciará Emenda à Constituição proposta pelo Deputado Gabriel Sampaio, em tramitação nesta Casa.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para expressar nossos respeitos.

Saudações democráticas.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO PREZENDE, ocorrido em Cambará.

O passamento do Sr. FRANCISCO PREZENDE, vem de consternar a sociedade local, por tratar-se de um chefe de

família radicado há vários anos naquela comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de nosso Estado.

Associando-se às manifestações de pesar é que solicitamos a presente consignação nos Anais desta augusta Casa, e que do seu pronunciamento seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de requerimento ao Excelentíssimo Senhor Desembargador HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, vasado nos seguintes termos: "O Deputado Tércio Albuquerque tem a subida honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar a especial fineza de que esse órgão solicite à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a criação dos Distritos Judiciários de SÃO JOSÉ DO ITAVÓ e APARECIDINHA D'OESTE, no Município de São Miguel do Iguaçu".

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Os distritos administrativos de SÃO JOSÉ DO ITAVÓ e APARECIDINHA D'OESTE foram criados através da Lei Estadual 7.439, de 31 de dezembro de 1.980, estando assim atendidas as condições para que as pretendidas criações e instalações de Distrito Judiciário impliquem no conseqüente provimento de:

- Secretaria de Foro Extrajudicial (Tabelião de Registros e de Notas);
- Justiça de Paz temporária;
- Sub-Delegacia de Polícia.

A efetivação do solicitado no presente requerimento é sem dúvida fator essencial ao desenvolvimento das comunidades acima referidas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Cultura e do Esporte, Luiz Roberto Soares, cumprimentando-o pelo sucesso da promoção "Festival Global de Praias de 1.981", desenvolvido de 2 de janeiro a 15 de fevereiro último, em nosso litoral.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Durante 45 dias, cerca de 13.000 pessoas participaram de 14 competições e 8 eventos realizados em Matinhos, Caiobá e Guaratuba, dentro do "Festival Global das Praias 1.981", que se revestiu de todo o sucesso, propiciando a que os veranistas participassem de disputas de voleibol, futebol, tênis, etc. e de eventos como corridas rústicas, travessias a nado, torneio de "windsurf", etc.

O Festival aliou o lazer de milhares de paranaenses à prática sadia do esporte, que vem em aperfeiçoamento da mente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Sr. ADALBERTO MASSA, DD. Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, solicitando a regularização do Posto do Ministério do Trabalho em Campo Mourão, o qual se acha desativado.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, como sede de micro região, mereceu do Ministério do Trabalho um tratamento importante, sediando um Posto do Ministério do Trabalho que vinha atendendo os trabalhadores e empresários, não só de Campo Mourão, mas também da Região.

Ocorre que lá ficavam sediados três Inspetores e hoje o posto em tela está desativado, ficando tanto trabalhadores como empresários prejudicados na rotina do seu trabalho, quando dependem daquele órgão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando providências imediatas para apuração das responsabilidades criminais dos atos de tortura a que foi submetido o Sr. ADÃO LEODORO ALVES, bem como providências imediatas para que o referido cidadão receba assistência médico-hospitalar, a fim de recuperar-se das lesões graves que recebeu e que se agravaram pela falta de recursos, em face do estado de indigência do torturado.

Requer ainda que, da decisão da Casa, comunique-se o Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça e o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

No mês de janeiro próximo passado, no interior da Delegacia de Polícia de São Jorge do Oeste, o cidadão Adão Leodoro Alves, foi vítima de bárbaras torturas que lhe causaram as seguintes lesões:

- Queimaduras, comprometendo dois terços da região plantar anterior do pé direito.
- lesão na coxa direita.
- lesões escoriativas na bolsa escrotal.
- lesões generalizadas no pescoço.

A vítima desta fúria policial, foi submetida no dia 23 de janeiro, ao exame médico-legal, pelos peritos oficiais que forneceram o competente laudo de Exame Corporal, descrevendo as lesões acima, e atribuindo a sua autoria por meios cruéis com instrumentos cortantes e queimantes.

Como suspeito de crime de homicídio, o Sr. Adão Leodoro Alves foi detido e conduzido para a cadeia pública de São Jorge do Oeste. Interrogado pela autoridade policial, negou a autoria do delito, e em razão disso, passou a ser torturado para que confessasse o delito que não praticara.

Em pleno interior da Delegacia de Polícia, a infeliz vítima foi submetida ao mais covarde e brutal tratamento pelos policiais, tais como enforcamento com corda, agressão e casete nas coxas, estrangulamento da bolsa escrotal com fio de nylon e exposição dos pés em chama viva.

Como consequência das lesões, a vítima, que vive em quase estado de indigência, está com uma perna ameaçada

de comprometimento total e nenhuma assistência médica lhe foi prestada, a não ser os primeiros socorros quando do atendimento inicial. Presentemente, vive de caridade de seus vizinhos e parentes, pois seu péssimo estado de saúde o impossibilita para qualquer atividade.

Objetiva o requerimento, pois, que se determinem providências imediatas para:

PRIMEIRO: apurar as responsabilidades da autoridade que praticou e determinou a tortura, mesmo porque outras acusações de abuso de poder pesam contra o atual Delegado de Polícia de São Jorge do Oeste, acusado de apropriar-se de dinheiro de jogo de baralho quando da prisão de pessoas que jogavam; de coagir o Sr. Augusto Baviera, sob a ameaça de revólver, a desobstruir em sua própria propriedade, bueiro que trancara pela ação erosiva das águas, e ainda de omitir-se deliberadamente de agir quando a família do Vereador Valdecir Vendrossolo foi vítima de atentado ao pudor por tarado sexual que nem chegou a ser admoestado por aquela autoridade, em que pese as insistentes solicitações a ele dirigidas, conforme se refere na carta inclusa e conforme se comprovará se a sindicância que ora se requer for determinada.

SEGUNDO: para que a Polícia Militar, cujo Comando do Batalhão da área já tomou a salutar medida de afastar daquela cidade os policiais torturadores, providencie o atendimento médico à infeliz vítima, evitando-se uma invalidez permanente ou até consequências funestas face ao total abandono em que a mesma se encontra, mesmo porque dispõe a nossa corporação policial de hospital em condições de propiciar o devido e necessário atendimento, e também e principalmente, porque cabe responsabilidade a autoridade, já que o abuso de poder se verificou quando em serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje o Editorial do Jornal "DIÁRIO DO PARANÁ".

Sala das Sessões, em 12 de março de 1981.

(a) MÁRIO CELSO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 04/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o TEATRO DE COMÉDIAS "DOM BOSCO" — TECOMBO, com sede na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os Estatutos do Teatro de Comédias "Dom Bosco" — TECOMBO, que anexamos ao presente, juntamente com os demais documentos, fundamentam e esclarecem as finalidades e a atuação do mesmo a mais de um ano.

As atividades que o referido Teatro vem desenvolvendo desde 13 de março de 1979, conforme consta no Estatuto, registrado sob o número 199 do livro A do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, justificam plenamente a nossa pretensão de torná-lo de utilidade pública.

Face ao exposto, estamos convictos de que o presente projeto de lei merecerá apoio dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra a presença em nosso plenário, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, Vereador Elias F. Neto, do Sr. Presidente do PDS daquele município, e do Vereador da referida Câmara, Sr. Raul Ricle.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mês de janeiro, a cidade de São Jorge do Oeste foi alvo de uma arbitrariedade policial que efetivamente não pode ser ignorada pela autoridade policial do Paraná.

Um cidadão foi detido sob suspeita de ter praticado um homicídio.

Conduzido à Delegacia da cidade, negou a prática do crime.

A Polícia, durante dois dias, passou a apertar aquele suspeito para que confessasse a prática do crime, mas o aperto que a polícia deu foi com métodos na realidade, não só condenáveis, mas incríveis que aconteçam numa sociedade civilizada.

Com um cordão de nylon, prenderam a bolsa escrotal daquele cidadão, e passaram a puxá-lo por todas as dependências da Delegacia.

Com uma corda no pescoço, procederam à tentativa de enforcamento; com um cassetete, o colocavam em pé e lhe davam bordoadas até que caísse por terra. Mas, o mais incrível, é que utilizaram-se de um liquinho, com uma chama como que um maçarico passaram a por o pé daquela criatura humana como que assando o seu pé para que ele confessasse o crime.

Na verdade, aquele cidadão, depois de todo este tratamento animalesco e desumano, acabou por entrar num estado de saúde lamentável e precário.

Apavorada, a polícia acabou largando o cidadão e alguns populares o conduziram à cidade de Pato Branco, onde teve um tratamento médico e onde, ao chegar ao conhecimento do Promotor Público, o cidadão foi examinado por peritos oficiais que lavraram um laudo dessas lesões.

Tenho em mãos duas fotografias que atestam na realidade o profundo sulco que ficou no pescoço daquela criatura que praticamente não morreu enforcada, talvez pela sorte, e do seu pé, que perdeu 2/3 da planta palmar, em virtude das queimaduras.

Com a divulgação desta notícia e a posição da Sub-Secção da OAB, o Sr. Coronel Comandante do Batalhão de Pato Branco tomou uma providência salutar que foi de afastar os policiais torturadores da cidade de São Jorge, removendo-os para o Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é de nosso conhecimento que uma sindicância policial ou um inquérito policial tenha sido instaurado para apurar as responsabilidades do Delegado de Polícia que comandou as torturas, porque não se pode admitir no interior de uma delegacia de uma pequena cidade como é São Jorge do Oeste, por dois dias, que o Sr. Delegado de Polícia não tome conhecimento do que está ocorrendo, quando ocorre um homicídio, do que está ocorrendo com o suspeito da prática deste crime, mas o mais grave deste crime é o que está ocorrendo agora.

O referido cidadão, que praticamente é um indigente, não pode trabalhar porque a sua perna está praticamente perdida e ele não recebeu e não está recebendo assistência médica alguma.

O objetivo do nosso requerimento é pedir às autoridades policiais primeiro, que investiguem, que procedam a apuração das responsabilidades, para que os culpados sejam punidos. E, em segundo lugar, solicitar à Polícia Militar do Estado do Paraná, que recolha no Hospital Militar aquela pessoa,

a fim de que tenha tratamento para que se salve uma vida humana.

Porque, a ficar assim, a não ter tratamento médico e hospitalar necessário, infalivelmente aquele cidadão acabará por perder a perna ou morrerá.

É a providência que no requerimento encaminhado à Mesa, estamos solicitando.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “A alimentação é básica para a saúde, e por isso mesmo todos os que se dedicam a este mister, precisam de apoio e solidariedade. Muito oportuno, portanto, a Campanha da Fraternidade lançada pela Igreja, tendo como lema para o ano em curso de 81: “Saúde para Todos”.

Saúde é elementar, se obtém com boa alimentação, vestuário adequado ao clima em que vive, habitação higiênica, ares não poluídos, sol, esforços físicos ou trabalho, mas trabalho proporcional à idade ou à capacidade do corpo humano, com horas de folga, repouso e sono reparador.

A saúde preconizada para todos, e em particular para o povo brasileiro, é uma das metas do Governo brasileiro que afeta diariamente os Ministérios da Saúde, Previdência Social e Agricultura.

E está, de certa forma, subordinada a imensa produção de alimentos, e a formação de carnes dos vários tipos, vacuns, suínos, caprinos, etc., mas com relevo a criação de aves, pelas propriedades protéicas de suas carnes e seu relativo baixo custo e principalmente pelo seu pouco espaço de tempo para a formação e sua reprodução.

Mas também é uma atividade que exige capitais e oferece riscos.

Grandes aviários hoje existem espalhados pelo Brasil a fora, para a venda de pintos para criação, de aves para o abate, e de ovos para aplicação de fins industriais.

O Brasil é hoje um exportador de carnes de aves. É comum ouvir hoje uma ampla e bem feita propaganda visando melhorar as refeições dos mais carentes de recursos, indicando as incomparáveis qualidades dos ovos e seu preço ainda não muito elevado.

Ocorre, entretanto, uma ameaça muito grande, Srs. Deputados, aos proprietários de aviários, que é o baixo preço oferecido ao produtor, sem margem alguma de lucro reservado sobre ovos e carne de aves, como ocorre com suínos.

Na verdade, não ganha quem deveria ganhar, que é o produtor, mas acaba pagando caro, no fim da linha de comercialização, o consumidor, que somos nós, o povo.

Isso é uma ameaça muito séria que pode diminuir em muito a nossa produção, pois quando qualquer atividade não é rentável, a solução mais rápida é a diminuição de produção.

É preciso se tomar uma medida enérgica, imediata, capaz de reanimar os que se dedicam à avicultura, fornecendo-lhes os meios de obter rações para as aves, especialmente o milho, para que possa ser adquirido e estocado.

E que se continue incentivando, da melhor forma possível, o uso de ovos e carne de aves, cujos produtos, resguardadas as condições de higiene, devem ser levados às feiras, nas vendas, nas filas, nas escolas, incentivando em muito o consumo de mais ovos nas merendas escolares.

Nos quartéis, nos clubes, nas associações esportivas em geral, nos hospitais, nos presídios, deve ser realizada uma campanha capaz de generalizar o consumo de ovos, cujo preço ainda é - por dúzia - pouco mais do que cem gramas de água adocicada sob o nome de picolé ou um pequeno sorvete de

uma das multinacionais vendido pelo preço absurdo de 25 e 30 cruzeiros.

A Federação da Agricultura, a Secretaria da Agricultura, a Secretaria da Saúde e da Cultura e Esportes, elas possuem condições de, por meio de seus órgãos especializados, socorrer os avicultores, os quais, como também os produtores de leite, os suinocultores, os criadores de fato, necessitam ser ouvidos e atendidos nos seus reclamos justos.

Se isso não ocorrer, corremos o grande risco, pela ausência desses referidos alimentos nobres, ou pelo seu alto preço para o consumidor carente, de não alcançar os nobres objetivos da magnífica Campanha da Fraternidade - que é na verdade o desejo de todos nós: SAÚDE PARA TODOS.

Aqui fica o nosso apelo: O produtor de todo e qualquer gênero alimentício precisa merecer a total cobertura do poder público, em recursos financeiros, em técnicas, em preços, porque o produtor é um soldado à paisana, trabalhando para o fortalecimento de nossa gente, do povo brasileiro.

É um soldado à paisana a serviço no campo, da mais pura Segurança Nacional.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, fará uso do horário da Liderança o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Seria cômico, não fosse trágico. E esta é a primeira expressão que se pode tirar hoje, quando as manchetes dos jornais dizem que o ilustre Presidente da República, lá na Colômbia, advoga um Congresso forte.

Srs. Parlamentares, num País dos AI-5, dos decretos-leis, falar em Congresso forte é fazer humor negro. Num País onde o Presidente baixa da sua condição de Presidente para virar cabo eleitoral dos mais mesquinhos, não é possível falar em Congresso forte.

Num País onde o Presidente da República se transforma em cabo eleitoral para evitar que no Congresso Nacional passasse um projeto de lei devolvendo as prerrogativas do Congresso, é incrível se falar em Congresso forte.

Num país onde o Presidente da República põe a sua mulher como cabo eleitoral de um candidato a Presidente da Câmara Federal, é triste ouvir-se o uso externo, o uso para efeito externo de se advogar um Congresso forte.

Razão tem aqueles que perguntam: Que País é este?

Num País onde inclusive foram tantas as falcaturas, para eleger um Presidente da Câmara Federal, que está aí no “Estado de São Paulo”, de ontem, “Começa a briga da gang do Palácio, quando o General Venturini com o General Medeiros, arrepiados da corrupção feita para conseguirem manter na Presidência do Congresso um seu apaniguado, esses dois Generais, com vergonha na cara, começam a romper a unidade sólida da gang do Palácio.

E aí está o Sr. Carlos Chagas, na edição de ontem, do jornal “O Estado de São Paulo”.

Sr. Presidente, seria cômico, não fosse trágico, esse uso externo que se tem feito em nome do Parlamento brasileiro. Ontem, em Paris, ontem, em Lisboa, agora, na Colômbia.

O Sr. Presidente da República, que merece o nosso respeito como cidadão, deveria cuidar daquilo para o qual ele foi imposto, o seu poder, e deixar de intervir no outro Poder que deve ser independente, e só não o é porque é composto por uma maioria bovina que só sabe dizer “amém” e não tem personalidade para erguer sua voz.

Que Congresso é este, forte, que tem este País que é obrigado a ouvir, na mensagem presidencial, como foi agora

ainda, no início desta Legislatura, ameaças veladas do Sr. Presidente da República, que não se compromete com a chamada ‘Abertura’, ao dizer que se não houver diálogo ele não sabe se a ‘Abertura’ continuará?

Que Congresso forte é este, que é manipulado, que é castrado e que é feito à feição dos mais poderosos?

Que Congresso forte é este e que Democracia forte é esta que, já no avião que o levaria para a Colômbia, ficava o País sabendo que mais um casuísmo que atingirá todos os municípios da área de Segurança Nacional, foi feito às veladas, foi feito por uma briga de cozinha entre um Governador do Estado do Paraná com o todo-poderoso Jarbas Passarinho. Faz-se uma briga doméstica, o Presidente da República não tem dúvida e altera as regras, já tão maculadas regras, para a nomeação dos biônicos da área de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. graças a uma briga de cozinha, talvez uma briga de banheiro, para dizer uma briga de WC, entre dois homens do Governo, se alteram as regras para todo o País.

Hoje, aqueles Presidentes de Câmaras dos municípios das áreas de Segurança Nacional, não poderão mais assumir as Prefeituras, porque, se isto continuasse ainda a persistir, lá no Pará, o Sr. Alacid Nunes, que divergiu do Sr. Passarinho, mas não divergiu do sistema, iria colocar pessoas de sua confiança nas prefeituras dos chamados e ditos municípios de segurança nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por isto que neste País dos “Heitores”, de Heitor Ludwig Ferreira, apaniguado do Sr. Ludwig, neste País do Sr. Humberto Geisel Barreto, apaniguado do Sr. Geisel, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, o “homem do cofre”, o homem que desapareceu de circulação porque inclusive envergonhou o seu pai adotivo, neste País de “heitores”, de “humbertos”, só pode ser isto. Só temos Democracia e Congresso forte para efeito externo, mas aqui dentro do País o que se vê é isto. As leis de prerrogativas quase que fechando o Congresso, as ameaças no primeiro dia de funcionamento do Congresso e, finalmente, uma eleição maculada pela corrupção mais indecente de todos os tempos do nosso Congresso.

Por isto, queremos deixar para estas quatro paredes, mas principalmente nas gravações desta Casa e nas notas taquigráficas, o protesto deste Deputado que, apesar de saber que estas palavras não saem das quatro paredes, pretende que, um dia, através dos Anais desta Casa, elas possam dizer a seus filhos e netos que pelo menos uma coisa ele fez: protestou, em nome da decência, porque não se pode mais admitir que autoridade alguma continue a mentir como vem mentindo por este mundo a fora.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

É com prazer que ouvimos a sua manifestação, protestando e repudiando, mas a impressão que temos, Deputado, é que a política econômica do País, é óbvio, já influenciou a cabeça dos nossos mandatários, do Presidente da República. Agora temos uma Democracia para exportação e outra para consumo interno.

Para exportação é esta, do Congresso forte, de eleições livres pregadas na França, em Portugal, e agora na Colômbia.

Para consumo interno, a democracia é aquela que prerrogativas não podem, mas Anísio de Souza, em sua emenda prorrogando mandatos, pode.

Para consumo interno a nossa democracia a emenda Benevides, que devolve a 40 milhões de brasileiros o direito de elegerem os Prefeitos das capitais, esta não pode. Mas a Flávio Marcílio, também não pode.

Para a nossa democracia interna, tudo é possível para derrotar Djalma Marinho, mas para que Marchezan seja Presidente da Câmara, é possível.

Ora, Deputado, é óbvio que há uma democracia para exportação, para consumo externo e esta que nós vivemos, de um Parlamento capenga, paraplégico, sem ao menos a sua condição clássica de ter prerrogativas, ser independente, harmonioso e, acima de tudo, poder erguer-se e romper o cerco que hoje vive, de estar agachado perante o Poder que tudo pode. Tomara que o Presidente Figueiredo, voltando da Colômbia, voltando dessas constantes viagens, ao menos assumisse politicamente aquilo que na economia nós já sabemos que pertence às exportações.

Façamos também uma Democracia interna, para consumo dos 120 milhões de brasileiros, não aquela para consumo da imagem externa.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Quero parabenizá-lo, nobre Deputado Deni Schwartz.

Realmente, há sinais visíveis de divisão no grupo palaciano, com os comentários do General Venturini, Octávio Medeiros, com relação aos métodos empregados para a eleição de Nelson Marchezan, onde a eleição, que não é novidade para ninguém, correu solta, com oferecimentos, desde bolsas de estudo até dezenas de concessões de canais de Rádio FM para muitos Deputados. Fora os polpudos empréstimos de órgãos bancários oficiais.

Na verdade, houve essa posição contrária desses dois generais, com relação a este estado de coisas no País.

Com relação à visita do Presidente Figueiredo à Colômbia, o setor cafeeiro colombiano vai sofrer consequências muito graves. A Colômbia vai enfrentar problemas com a produção cafeeira de 81, até setembro de 82.

Em contraposição, o Brasil vai produzir 25 milhões de sacas de café. E pode escrever, nobre Deputado, que nós, para ajudarmos a Colômbia, vamos acabar importando café, de lá, apesar da nossa expressiva produção do ano que vem.

Já estamos comprando carne do Uruguai, segundo denúncias de Paulo Brossard, apenas para ajudar o governo uruguaio. Estamos importando maçã da Argentina, e em Porto Alegre está sendo estocada e apodrecendo no Rio Grande do Sul.

Apenas no entendimento a nível de Presidente para Presidente. E vamos acabar, nobre Deputado, pode escrever, comprando café da Colômbia, para ajudar os colombianos.

Esta a política do nosso Governo: importando maçã, carne, e agora vai importar também o café. Foi um dos itens do encontro dos dois Presidentes, em Bogotá.

Parabenizo Vossa Excelência, pela coragem com que levanta estes problemas da tribuna, esta tarde.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado Deni Schwartz, tenho a impressão e aliás, parece que seria a pergunta que todos faríamos a nós mesmos, em função deste episódio.

Perguntaríamos se um Congresso forte é um Congresso com poderes restritos, se um Congresso forte é aquele que não pode definir sua própria direção.

Se um Congresso forte não seria um Congresso que suprime uma sub-legenda e depois vê prevalecer a vontade do Executivo? Se um Congresso forte não seria aquele que foge de lutar pela sua própria prerrogativa? Aquele que não tem coragem de encarar o Poder Executivo, quando do momento em que pode decidir se terá ou não a devolução de suas prerrogativas, ele se acovarda e não participa.

Quando fazemos tantas perguntas porque não entendemos, apenas diríamos a Vossa Excelência de pleno acordo com o pronunciamento que faz da tribuna, apenas faríamos um lembrete: talvez o Presidente Figueiredo esteja, isto sim, utilizando uma técnica muito antiga na política, que eu me lembro dos meus tempos de criança, quando o político dizia “faça o que eu digo mas não faça o que faço”.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradecendo aos ilustres Deputados que me apartearam, fico apenas numa esperança, a esperança que o pávio curto, o tão decantado pávio curto do Sr. Presidente da República, voltasse a funcionar e ele fizesse o que disse à imprensa, por três vezes, ter tentado fazer: chamando a imprensa e dito o que ocorre no País.

Que Deus permita que, de repente, dê um estalo e que esse pávio curto liberte o nosso Presidente da gang que não manda no País só há três anos, não, mas desde 1964, como bem disse o General Tarcisio, a gang, o segundo escalão que desde 1964 não permite que as melhores intenções que, porventura tenha o Presidente, chegue a nível de povo; como não permite que as manifestações do povo, os pedidos do povo, cheguem ao Presidente da República.

E que ele, com seu tão decantado pávio curto, chame a imprensa, a televisão, conte o que ocorre nos porões do Planalto, peça o apoio do povo e, tenho certeza, ele o terá, se for para derrubar esse sistema político, econômico e social, vigente nesta Pátria, que está desgraçando o nosso povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Consulto a bancada do PP, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz hoje à tribuna, é o fato de que o trem de passageiros Maringá - São Paulo, já deu o seu adeus, já fez a sua viagem de despedida.

Inclusive nós que nos encontrávamos ausentes na segunda e na terça-feira, pudemos também verificar dentro da matéria encaminhada, um requerimento do nobre Deputado José Tavares, ainda não votado pela Casa, porque a falta de quorum não tem permitido a votação de matérias, já notávamos também a preocupação de Sua Excelência com um assunto que vem assim, surpreendentemente, porque também recebemos da Associação Comercial de Londrina a cópia do telegrama que a entidade de classe enviou ao Sr. Carlos Aloysio Weber, Presidente da Rede Ferroviária Federal, no qual a Associação relata a surpresa da notícia da desativação da linha de trens de passageiros que atende Londrina e toda a região do Norte do Paraná.

Uma desativação que contraria a política governamental de economizar combustível derivado de petróleo, de buscar outras alternativas energéticas para o transporte e a própria prioridade para o setor dos transportes ferroviários.

Uma desativação que deixa sem opção de transporte os mas de seis mil passageiros que embarcavam mensalmente somente na estação de Londrina, segundo estatísticas reais, cujo número em termos de norte do Paraná chega à casa de mais de 30 mil passageiros, todos pertencentes à sofrida faixa dos menos favorecidos pela sorte.

É como diz o jornalista Nilson Monteiro: positivamente este não é um País sério. E vale a pena ler o seu artigo publicado no jornal “Folha de Londrina”:

“PAÍS BRINCALHÃO”

Positivamente, este não é um País sério. Já o dissera com toda propriedade certo estadista francês. E acertou na mosca. Desta vez, mais uma decisão que parece brincadeira: a desativação da linha de trem que liga Maringá a São Paulo, passando por Londrina, e servindo uma região de alguns milhões de habitantes.

Vamos aos argumentos, enumerados pela FEPASA, (proprietária da locomotiva e dos vagões) e pela Rede Ferroviária Federal S/A: a linha é deficitária, com a utilização de apenas 1/3 da capacidade dos vagões; o custo econômico é “medonho” para quem pode, em vez de transportar passageiros, carregar soja, feijão, pedra, café, combustível e tal; os vagões são antigos com um alto custo de manutenção; a RFFSA não tem condições de substituir ao trem da FEPASA porque não dispõe de vagões apropriados, possuindo apenas os inseguros e contra-indicados vagões de madeira.

Vamos aos contra-argumentos: só de Londrina, seis mil passageiros embarcam mensalmente para São Paulo, média que se eleva à época de férias. Em termos de Norte do Paraná, este número representa trinta mil passageiros, segundo o presidente da Associação Comercial de Londrina; a ferrovia representa a única opção de transporte para quem não pode pagar os altos custos de passagens por via rodoviária ou aérea; o trem é pouco usado exatamente porque não conta com os recursos, de conforto, tão comuns em qualquer país da Europa, sendo considerado um transporte “ofensivo” aos padrões da classe média-alta para cima, além de ser vagaroso, com as bitolas estreitas demais, para um País que necessita tanto de um meio de transporte menos oneroso, como é o rodoviário, filho das multinacionais. Tudo isto passa a ser uma bola de neve de contra-argumentos.

E, para provar a falta de seriedade com que se decide os destinos da nação, desta desativação contraria frontalmente ao blá-blá-blá governamental de economizar os combustíveis derivados de petróleo, de buscar alternativas mais viáveis para o transporte de passageiros e de cargas, de melhorar e dinamizar o transporte coletivo de massa, e, ora que gracinha, de dar toda prioridade para o setor do transporte ferroviário.

Se o trem que parte de Maringá fosse rápido, seguro, confortável, deslizando sobre linhas de bitolas largas, apropriados, tanto a FEPASA quanto a Rede teriam interesse em mantê-lo, porque toda a população teria muito maior interesse em utilizá-lo. E os discursos de autoridades teriam reflexo na população, que veria atendida a sua necessidade para horror e raiva das multinacionais.

(a) NILSON MONTEIRO”.

Contudo, vale também frisar que o engenheiro Paulo Munhoz da Rocha, Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal disse que não há possibilidade da empresa colocar composições para substituir as que serão retiradas pela Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) que tem a concessão da linha.

Na verdade, quem mais sofrerá com o golpe, os mais prejudicados entre os passageiros, como sempre, são as pessoas de baixo poder aquisitivo.

Aliás, nosso País vive atualmente a fase do sufoco do pobre.

Foi-se o tempo em que o pobre vivia de feijão, pois hoje ele já não tem mais acesso ao feijão.

A retirada do subsídio do trigo, afastou do pobre o pão e as massas.

Se o combustível atingiu o transporte das massas, encarecendo ainda mais a vida do operário, do trabalhador - a falta do trem de passageiros vai representar mais um problema social para a região norte paranaense.

E, vejam bem: grita-se contra a paralisação de um trem com seus vagões em estado miserável, assentos rasgados, vidros das janelas quebrados, mal cheiroso dada a precariedade de seus banheiros.

Mesmo assim, seria para quem não tinha recursos para usar outros meios de transporte.

Deixamos neste registro o nosso protesto contra mais essa injustiça às pessoas de baixo poder aquisitivo.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Consulto a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto a Bancada do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Falarei no horário da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, ao solicitarmos ao Deputado Tadeu Lúcio Machado que aguardasse um pronunciamento do Departamento de Estradas de Rodagem e da Secretaria de Transportes, para que hoje pudessemos nos posicionar representando uma região e representando também Senhores Deputados uma parcela da bancada dos homens que não querem outra coisa a não ser lutar pelos ideais paranistas, pelos ideais essencialmente cristãos e brasileiros.

Queremo dizer Sr. Presidente, Senhores Deputados, queremos dizer, imprensa do meu Paraná, que a luta começou e como dizia o velho Rui, “covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta”.

Então nós, de uma parcela do Partido do Governo, do Partido de Ney Braga, começamos a lutar em prol do Paraná mais uma vez; começamos uma luta hoje com uma Secretaria onde Saul Raiz está orientando, está aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo, onde está dando às prefeituras o segmento necessário para redenção do nosso Estado, onde estamos, sem demagogia, lutando ao lado do povo, onde queríamos apenas dizer ao Paraná, que o nosso Partido, o PDS é um Partido que vai enfrentar as eleições e hoje, sem dúvida, sabemos que a vitória há de nos favorecer, daqui a dois anos.

Dizemos isto sem medo de errar, dizemos isto sem bajulação, dizemos isto porque o povo há de compreender a liderança de Ney Braga. Há de compreender que na hora de se decidir, na hora em que o Deputado precisar em prol do seu povo, há de decidir ao lado de um líder como Ney Braga, que está carreado benefícios sem olhar para quem ou para onde, a não ser os municípios paranaenses e principalmente os menos favorecidos.

Tivemos a satisfação de levar hoje prefeitos à nova Secretaria liderada por Saul Raiz, e orientada por Ney Braga, onde lá os prefeitos levaram para os seus municípios a importância necessária para aplicação da “afixação do homem em seu habitat”, do homem que há de transfigurar o esquema político paranaense, porque Ney Braga, queiram ou não, é o grande líder paranista, e vou dizer alto em bom som, haveremos de vencer as eleições de 82 com Ney Braga no Senado e com o nosso candidato a Governador do Estado.

Hoje, mudaram-se as regras do jogo; hoje, temos no Paraná gente procurando aplicar recursos paranaenses, recursos federais às comunas paranaenses. Gente que está acertando, gente que, sem falso messianismo, aplica o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. Eufóricos, saíram oito prefeitos meus de uma Secretaria, hoje, todos perfilados em favor do Governo Ney Braga, todos perfilados por uma luta que não é só minha, é de minha bancada, uma luta dos homens que, desesperançosos, têm a esperança de que haveremos de vencê-la, porque a Alemanha saiu das cinzas e venceu a luta econômica.

Nós, apesar do contraste do Poder central, apesar do contraste de Delfim Neto, haveremos de vencer a luta paranista só por um motivo, que Deus nos protege, que os homens do PDS são homens de luta, e porque, temos um timoneiro que se chama Ney Braga e que há de nos orientar, que há de ser o nosso continuador do que está ele fazendo.

Eu venho aqui hoje, para dar o meu testemunho de fé,

agradecendo à minha Liderança e para dar o meu testemunho e dizer que a eleição de 82 nós vamos ganhá-la, os homens do PDS vão ganhar. Porque os homens do PDS são homens que conhecem todos as intempéries do tempo e conhece os homens humildes, conhece os homens de mãos calosas que puxam o rabicho da enxada e puxam o cabo do arado.

E para me posicionar junto ao problema do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, quero comunicá-lo, que o DER já fez o projeto de engenharia que abrangeu 35 km de recapagem, no trecho Wenceslau Bráz e Jaguariaíva. Esta reconstrução está aqui especificada e há de começar nos princípios do 2.º semestre de 81.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados e meu povo do Paraná, me desculpem a minha euforia. Porque quando viemos despontar na Liderança do Paraná, é mais um incentivo para o Governador Ney Braga. E, quando temos a certeza da vitória, a vitória que não é nossa, é a continuação de um esquema onde os paranaenses confiam nesse grande Líder.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gabriel Manoel, eu sinceramente, admiro a bravura de Vossa Excelências e quero até me congratular. Porque Vossa Excelência, apesar de ver que o seu Partido está esperneando sob as “patas do gigante”, ainda grita que está segurando o bicho pela perna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência quer me apartear ou quer gozar?

O “gigante” Deputado Lineu Turra... Eu queria que Vossa Excelência sentasse apenas para escutar a resposta do aparte, dentro da elegância Deputado Lineu Turra. Entre os homens que não querem nada, apenas fazer demagogia Deputado. Nós seguramos o “gigante”, mas, damos algo de palpável Lineu Turra e não corremos quando pedimos um aparte. Gostaria que Vossa Excelência escutasse a resposta do aparte, se não fora pela amizade pelo menos por educação.

Vossa Excelência com o respeito devido de grande tribuno, de homem do PTB de qual eu pertenci, vem sofismar Deputado Lineu Turra, Vossa Excelência não pode sofismar, se eu lhe dei um aparte educadamente, pelo menos por educação Vossa Excelência tem que escutar a resposta.

O Sr. Lineu Turra — Mas, o aparte que eu dei a Vossa Excelência foi em tese. Eu não atingi Vossa Excelência diretamente, eu falei sobre o Partido de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — O meu Partido ganhou as eleições agora no Congresso Nacional. Eu venho de um Partido que tem homens que também têm tirocinio administrativo, é o Partido de homens amigos. É o Partido de momentos difíceis, de momentos que o Brasil atravessa e, Vossa Excelência, ao receber um aparte deste modesto colega seu, dá o aparte e sai da sua cadeira, estou lhe estranhando.

Continuando, então, queria dizer, que o PDS, estará novamente no Governo em 82. Embora queiram ou não queiram, os homens como meu amigo Lineu Turra, que fazem sofisma do povo, fazem sofisma do Deputado, que pela quarta vez vem a esta Assembléia, para falar a verdade ao povo.

Hoje, abre-se novos horizontes, hoje, nós havemos de mostrar e haveremos de comprovar Deputado Lineu Turra, que quem está com a razão ainda é o nosso Partido.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu queria apenas me referir ao aparte oferecido a Vossa Excelência pelo estimado, combatente, culto e nobre Deputado Lineu Turra. Isso me faz lembrar aqueles fogueteiros de festa de igreja, que sofrem, sofrem, sofrem e se comprazem no final da festa em ouvir apenas os estampidos dos foguetes.

Assim é o partido da Oposição. Em 1978, eles já diziam que o nosso Partido era derrotado. Entretanto nós trouxemos

para esta Casa 34 Deputados, contra apenas 19 do Partido da Oposição. E o ano que vem nós queremos ampliar essa vantagem.

Então é esse o aparte que eu queria oferecer a Vossa Excelência, corroborando com o otimismo, aliás muito bem fundamentado com que Vossa Excelência espera as eleições do ano vindouro.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Erondy Silvério, grande líder da minha bancada eu agradeço a Vossa Excelência por esse apoio, e apenas para complementar, essa euforia não é minha, são de meus Prefeitos, são do povo do Paraná, do povo humilde da minha região que hoje já está com certeza da vitória. Porque o Deputado Lineu Turra e o nosso companheiro é que nem o Corinthians, de vinte em vinte anos é que eles ganham, e quando ele vai ganhar leva chumbo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nelson Friedrich, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os homens dos Srs. Deputados Lineu Turra e Deni Schwartz, para titular e suplente, para compor a Comissão que apreciará Emenda à Constituição. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Rezende, ocorrido em Cambará. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao INCRA e ITC, sugerindo a criação de equipes especiais, com livre trânsito junto a outros órgãos consultivos no tocante a regularização de terras para atender as áreas dos futuros reservatórios de Itaipu e Ilha Grande. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

13 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, sexta-feira, às 10.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Constituição das Comissões Técnicas.

Levanta-se a sessão.